

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Concessionária do Rio Madeira recorre para não pagar taxa	2
Título: Início do horário de verão afeta Enem, diz MEC.....	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Subsídio para diesel faz Raízen cortar R\$ 2 bi em investimentos.....	5
Título: Presidente de fundo de pensão da Petrobras entrega o cargo	7
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	8
Título: Após dois anos, Walter Mendes deixa a Petros.....	8
Título: MEC pede mudança no horário de verão, por causa do Enem	9
Título: Com subsídio, Raízen congela investimentos	10
VEÍCULO: Correio Braziliense	11
Título: O casamento do Açu com Houston	11
VEÍCULO: Valor Econômico	11
Título: Reservatórios caminham para nível crítico.....	11
Título: Total quer triplicar produção de óleo e gás no país nos próximos quatro anos	13
Título: Ex-diretora da ANP não vê insegurança jurídica ou regulatória para o setor	15
Título: Vescovi vê possibilidade de acordo sobre cessão onerosa ainda este ano	16
Título: Política industrial precisa ir além da Petrobras, diz IBP.....	18
Título: Paranapanema mira exterior para elevar ocupação de fábricas.....	19
Título: Litel quer cobrar Bradespar por prejuízo na briga com Dantas.....	21
Título: Presidente da BR 'torce' para barril abaixo de US\$ 100	23
Título: Banco vê pouco fôlego para petróleo.....	24
Título: Agências discutem regras para uso de poste.....	25

Título: RenovaBio aceitará corte de árvore isolada	26
Título: Walter Mendes sai da Petros e vai para Funcesp	28
Título: Vale ganha destaque na bolsa em meio a 'cabo de guerra' com eleição	29

VEÍCULO: O Globo

Data: 27/09/2018

Seção: Economia

Autor: Geralda Doca

Título: Concessionária do Rio Madeira recorre para não pagar taxa

Empresa deve R\$ 170 milhões em transmissão de energia. Para setor, precedente é "perigoso"

BRASÍLIA- A concessionária Santo Antônio Energia, responsável pela hidrelétrica no Rio Madeira, em Porto Velho (RO), entrou na Justiça para não pagar taxa de transmissão de energia, causando temor no setor e no governo. Após perder recurso na primeira instância no Distrito Federal, a empresa recorreu ao Tribunal Regional da 1 - Região. Este mês, os pagamentos somavam quase R\$ 170 milhões.

As empresas de transmissão ficaram apreensivas diante do ineditismo desse tipo de ação e, principalmente, do porte da geradora — a quinta maior do Brasil e que usa com intensidade as linhas de transmissão para levar ao Sudeste a energia gerada em Porto Velho. Segundo o presidente da Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (Abrate), Mário Miranda, o desfecho do processo pode criar um precedente perigoso, com aumento da judicialização por parte de outras empresas e risco sistêmico para o setor.

Ele explicou que, se um não paga, a conta é rachada com outras empresas que usam as linhas, sendo metade geradoras e metade distribuidoras. Esses custos compõem a conta de luz do consumidor.

— Até agora eram casos isolados de empresas que recorriam à Justiça para não pagar taxa de transmissão, como as da Eletrobras. Mas isso já está se regularizando. No caso de uma grande geradora, como a Santo Antônio, é a primeira vez — destacou Miranda.

Ele disse que as empresas de transmissão têm uma receita mensal total de R\$ 2 bilhões. Segundo Miranda, o que está acontecendo pode afugentar investidores dos leilões de linhas de transmissão realizados pelo governo.

FRAGILIDADES DO SISTEMA

Segundo fontes do **Ministério de Minas e Energia**, a iniciativa da concessionária tem potencial para elevar a judicialização no setor, o que é muito preocupante. Porém, no momento, não há muito o que fazer, a não ser aguardar a decisão judicial. Já a médio prazo, o entendimento é que o governo e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) terão de fazer mudanças estruturais para enfrentar as fragilidades do sistema. Um exemplo é o risco hidrológico — falta de chuvas que prejudica reservatórios e obriga a comprar energia a preços mais altos.

Santo Antônio tem dificuldades desde 2012, quando começou a vender energia. A usina foi construída no modelo de project finance, em que o resultado dos primeiros anos é impactado pelas despesas financeiras, que caem ao longo do tempo. O consórcio investiu R\$ 20 bilhões na usina e tem uma dívida de R\$ 14,9 bilhões. Houve ainda problemas com alguns sócios, empreiteiras citadas na Lava-Jato.

VEÍCULO: O Globo

Data: 27/09/2018

Seção: Sociedade

Autor: Raphael Kapa, Renata Mariz E Karla Gamba

Título: Início do horário de verão afeta Enem, diz MEC

Ministro da Educação pede ao governo que relógios sejam adiantados só depois de 11 de novembro, último dia de provas; datas do exame foram definidas sem levar em conta decreto de 2017 que estabeleceu alteração na hora

RIO E BRASÍLIA- O ministro da Educação, Rossieli Soares, pediu ao presidente Michel Temer e à Casa Civil que adiem o início do horário de verão por conta do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O primeiro domingo de provas, 4 de novembro, coincide com o início da mudança nos relógios, que devem ser adiantados em uma hora, em parte do território nacional. A Presidência da República ainda não respondeu ao pedido do MEC.

Um decreto de dezembro do ano passado, baixado por Temer, definiu o início do horário de verão no primeiro domingo de novembro. Antes da edição do decreto, o Tribunal Superior Eleitoral havia solicitado que o horário especial não

coincidissem com o segundo turno das eleições deste ano, marcado para o dia 28 de outubro.

Ao definir o dia da prova, os técnicos do Ministério da Educação e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) não levaram em conta a definição estabelecida no decreto editado no final de 2017.

A data do Enem foi definida em edital em março, com provas marcadas para 4 e 11 de novembro, primeiro e segundo domingos do mês.

Diante do choque de datas percebido só recentemente, o Inep acionou o MEC para um adiamento do início do horário de verão. Os órgãos pedem ao governo que a mudança nos relógios só ocorra após o último dia de prova do Enem.

PROVAS NÃO MUDAM

A principal dificuldade será garantir a logística na região Norte do país, onde determinados municípios ficam com até três horas de atraso em relação ao horário de Brasília. O deslocamento de equipes e provas teria que começar ainda de madrugada nesses locais. Em muitos deles só se chega de barco.

O MEC e o Inep não trabalham com a possibilidade de mudança na data das provas. Toda a estrutura já está contratada, como aluguel de salas de aplicação do exame e rotas de transporte para escoar as provas. Não haveria tempo hábil para remontar toda a logística, avaliam técnicos do governo.

Segundo a assessoria de imprensa do Palácio do Planalto, até o início da noite de ontem o órgão ainda não havia recebido nenhum pedido formal solicitando o adiamento. O Planalto afirmou que só irá se pronunciar após o pedido ser oficializado.

A assessoria do MEC confirmou que o assunto foi levado pelo titular da pasta, em conversas informais, a Temer e aos ministros Eliseu Padilha (Casa Civil) e **Moreira Franco (Minas e Energia)**. Segundo o MEC, um ofício formalizando a solicitação será protocolado no máximo até hoje na Casa Civil.

Para além das dificuldades logísticas, professores e alunos ouvidos pelo GLOBO apontam que a mudança no horário no dia da primeira prova pode gerar mais ansiedade em estudantes que já estão nervosos. Se não deve causar grandes perturbações no ritmo biológico dos candidatos, a alteração pode ter impacto psicológico e aumentar o índice de atrasos, no caso dos que se esquecerem de adiantar o relógio.

Para conter danos, modificações na rotina podem ser feitas muito antes da prova, aconselha Eduardo Galvez, diretor do colégio Pensi e professor do QG do Enem:

— Para sofrer menos com as mudanças, uma dica legal seria uma semana antes já começar a dormir uma hora mais cedo. Uma semana é tempo suficiente para sofrer menos com a mudança do relógio biológico.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 27/09/2018

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Subsídio para diesel faz Raízen cortar R\$ 2 bi em investimentos

Após socorro do governo federal aos caminhoneiros, importadores também seguram planos para país

Rio de Janeiro- A distribuidora de combustíveis Raízen, que opera com a marca Shell, decidiu segurar até R\$ 2 bilhões em investimentos diante do risco de novas intervenções no mercado de combustíveis.

A avaliação de risco aumentou após o início do programa de subvenção ao óleo diesel criado pelo governo federal em maio para encerrar a paralisação dos caminhoneiros.

"A interferência cria incertezas, afeta a competição e é pior para o consumidor", disse o vice-presidente da companhia, Ricardo Musa, durante a feira Rio Oil & Gas, que reúne o setor de petróleo no Rio.

Segundo ele, os investimentos suspensos concentram-se em projetos de logística e consumiriam entre R\$ 1,5 bilhão e R\$ 2 bilhões.

Para o presidente da Abicom, entidade que reúne os importadores de combustíveis, Sérgio Araújo, há revisões de projetos também entre suas associadas, que consideram os preços atuais baixos para justificar a ampliação de capacidade para trazer produtos do exterior.

"Temos de saber se o novo governo que vem por aí vai querer mudar a política de preços da Petrobras", acrescentou, dizendo que uma política de preços abaixo do mercado internacional inviabiliza importações e os investimentos para trazer os produtos.

Terceira maior distribuidora de combustíveis do país, atrás da BR e da Ipiranga, a Raízen passou a importar grandes volumes de combustíveis após 2016, quando a Petrobras começou a seguir as cotações internacionais.

Após o início da subvenção, as importações privadas de diesel foram praticamente suspensas — a Petrobras recuperou mercado e voltou a ser a principal responsável pela compra dos produtos no mercado externo.

O programa de subvenção garante ao consumidor um desconto de R\$ 0,30 por litro sobre o preço de mercado do óleo diesel. O governo separou R\$ 9,5 bilhões para ressarcir as empresas que reduzirem seus preços.

Para o vice-presidente da Raízen, os subsídios foram "exagerados".

Ele defendeu o início das discussões sobre o futuro do programa logo após o resultado das eleições. O programa de subvenção será encerrado no dia 31 de dezembro.

O setor teme que o preço seja reajustado em R\$ 0,30 por litro já no primeiro dia do novo governo, trazendo de volta protestos de caminhoneiros.

O ministro do Planejamento, Esteves Colnago, disse que o governo Temer ainda não tem uma proposta de saída do programa.

"Esse tema tem de ser discutido durante a transição", afirmou ele, após palestra na feira.

Colnago disse, porém, que o subsídio não deve ser mantido como hoje. "Não é uma solução estrutural", disse.

Diante da crise fiscal, é pouco provável que haja recursos para mantê-lo em 2019.

"A subvenção é indesejável. Devemos sair disso o mais rápido possível. Aliás, não deveríamos nem ter entrado", criticou o diretor-geral da ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis), Décio Oddone.

Colnago ressaltou que a saída do programa pode ser mais fácil se as cotações internacionais do petróleo e o câmbio cederem até o fim do ano, reduzindo a pressão sobre os preços dos combustíveis no país.

Para analistas, porém, o petróleo continuará caro.

Hoje, o desconto de R\$ 0,30 não é suficiente para cobrir a diferença entre o preço tabelado do diesel no país e a referência internacional usada pela ANP

para calcular o subsídio. Nesta quinta-feira (27), a diferença será de R\$ 0,08 por litro.

Em evento em São Paulo, executivos da BR Distribuidora disseram torcer contra a escalada dos preços do petróleo, com medo de impactos negativos nas vendas de combustíveis.

"Nossa remuneração se dá muito mais pelo giro, por isso a preocupação. Sobe o preço, o volume cai. O preço cai, aumenta o volume. A gente no giro aposta mais desse segundo cenário, com preço menor e volume um pouco maior", disse o presidente do conselho de administração da companhia, Augusto Cruz.

No fim de 2017, a BR passou a ter ações em Bolsa, após a venda de 28,75% do capital, em operação que rendeu R\$ 5 bilhões à Petrobras.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 27/09/2018

Seção: Mercado

Autor:

Título: Presidente de fundo de pensão da Petrobras entrega o cargo

Rio de Janeiro- A Petros, que administra a aposentadoria privada dos empregados da Petrobras, anunciou nesta quarta-feira (26) o desligamento do presidente da entidade, Walter Mendes.

Ele assumiu o comando do fundo há dois anos com a missão de equacionar seu déficit.

Mendes pediu para deixar a fundação após convite para assumir a presidência da Funcesp, entidade que gere a aposentadoria de empresas do setor elétrico que atuam principalmente no estado de São Paulo.

Ele deixa a Petros em um momento de forte questionamento do plano que elaborou para equacionar o déficit do Plano Petros do Sistema Petrobras, o maior da entidade.

O plano foi anunciado em 2017 com o objetivo de cobrir um rombo de R\$ 27,5 bilhões entre 2013 e 2015.

O aumento das contribuições provocou uma enxurrada de liminares judiciais.

Em nota, a Petros informou que, durante sua gestão, o executivo "desenvolveu um amplo trabalho de aprimoramento da governança e dos processos, destacadamente na área de investimentos".

Ele será substituído interinamente pelo diretor de investimentos da fundação, Daniel Lima. NP

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 27/09/2018

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes

Título: Após dois anos, Walter Mendes deixa a Petros

Executivo trocou fundo de pensão da Petrobrás por Funcesp; diretor de investimento assumirá presidência interinamente

RIO- Walter Mendes deixou a presidência da Petros, fundo de pensão dos funcionários da Petrobrás, para assumir a presidência da Funcesp, maior entidade fechada de previdência complementar de capital privado do País. Mendes esteve no cargo por dois anos. Ex-conselheiro de administração da Petrobrás, ele assumiu a fundação com o desafio de equacionar o déficit de R\$ 22,6 bilhões acumulado entre os anos de 2013 e 2015 no plano de benefício definido, o PPSP.

O plano de equacionamento foi aprovado pelo conselho deliberativo da fundação em setembro do ano passado. Por conta dos descontos impostos aos funcionários da estatal, provocou a resistência dos sindicatos, que, desde então, recorreram à Justiça para evitar os descontos na folha de pagamento.

A Petros, por meio de sua assessoria de imprensa, informou que após o desligamento de Mendes, o diretor de Investimento, Daniel Lima, assumirá interinamente a presidência da fundação, acumulando os dois cargos. Formado em Economia pela Universidade de São Paulo (USP) e pós-graduado pela PUC-SP, Mendes tem ampla experiência em mercado de capitais, tendo atuado no Unibanco, Schroders e Itaú.

Ele integra os conselhos da Associação Brasileira de Investidores no Mercado de Capitais, da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar e do Comitê de Aquisições e Fusões e já ocupou assentos nos conselhos de Itaúsa, Invepar, e na própria petroleira estatal.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 27/09/2018**Seção:** Metrópole**Autor:****Título:** MEC pede mudança no horário de verão, por causa do Enem

Vigência do horário pode afetar primeiro dia de realização da prova, em 4 de novembro. Questão está sob avaliação

Rossieli Soares da Silva, solicitou formalmente ontem ao presidente Michel Temer que adie o início do horário de verão, por causa do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O primeiro domingo de provas, 4 de novembro, é o mesmo em que os relógios devem ser adiantados em uma hora, em parte do País. A Presidência da República ainda não respondeu ao pedido.

O Ministério da Educação (MEC) teme que candidatos possam perder o exame, caso ocorra no mesmo dia da mudança dos relógios. No entanto, a alteração da data depende de estudos e aval do **Ministério de Minas e Energia** e da Casa Civil. Um decreto do dia 15 de dezembro do ano passado definiu o início do horário de verão para o primeiro domingo de novembro.

Antes do decreto, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) havia solicitado que a mudança não coincidisse com o segundo turno das eleições deste ano, marcado para 28 de outubro. Antes, um decreto previa que o horário de verão começava a partir da meia-noite do terceiro domingo de outubro, dia 21. Com isso o segundo turno teria apurações com horários diferentes em alguns Estados que não adotam a medida.

Com a nova data decretada por Temer, a duração do horário de verão já foi encurtada em 15 dias. As datas das provas do Enem só foram divulgadas pelo Ministério da Educação em 18 de janeiro deste ano – considerando 4 e 11 de novembro. A coincidência das datas só foi percebida recentemente e então o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), responsável pela prova, ao se dar conta da coincidência das datas, solicitou ao MEC que pedisse a alteração do início do horário de verão – conversas para essa tratativa estão sendo feitas desde o início de setembro.

O instituto descarta a possibilidade de alterar as datas da prova, já que uma mudança nesse sentido acarretaria em um aumento de custos e não haveria tempo hábil para remontar a logística, que envolve o aluguel de salas, transporte para escoar as provas e a contratação de pessoas para atuar na aplicação do exame.

Caso a data de início do horário de verão não seja alterada, outra dificuldade seria a logística necessária para a aplicação da prova na Região Norte do País, onde alguns municípios ficam com até três horas de atraso em relação ao horário de Brasília – a prova começa ao mesmo tempo em todos os municípios. Economia. Em setembro do ano passado, Temer decidiu manter a existência do horário de verão, mesmo após a conclusão de estudos que mostraram que a medida não proporciona economia de energia.

Questionado pelo Estado sobre a possibilidade de uma nova mudança no horário de verão, o Ministério de Minas e Energia informou que qualquer alteração precisa ser analisada pela Casa Civil e só poderá ser feita por decreto. Procurada, a Presidência da República não respondeu até as 19 horas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 27/09/2018

Seção: Economia

Autor: Denise Luna

Título: Com subsídio, Raízen congela investimentos

Intervenção do governo no diesel fez a empresa reter R\$ 2 bi, em aplicação em infraestrutura

RIO- A decisão do governo de subsidiar o óleo diesel após a greve dos caminhoneiros colocou um freio nos investimentos da Raízen no Brasil, empresa nascida de parceria entre Cosan e Shell e que atua nas áreas de distribuição de combustíveis, produção de etanol e açúcar e bioenergia.

De acordo com o vice-presidente de Logística e Trading da empresa, Ricardo Mussa, a intervenção do governo trouxe uma insegurança jurídica que reteve investimentos entre R\$ 1,5 bilhões R\$ 2 bilhões em infraestrutura logística da empresa. "Hoje a gente está segurando (os investimentos), vamos aguardar. As eleições vêm aí, agora tem muita interferência (do governo) no mercado, o que coíbe fazer investimentos", disse Mussa que participou ontem de debate na Rio, Oil & Gas 2018, maior evento do setor na América Latina.

Mussa criticou também a inércia do governo em relação ao fim do subsídio ao combustível, previsto para 31 de dezembro deste ano, que segundo Mussa poderá causar "um caos" nos postos de abastecimento do País no dia 30, já que significará uma alta expressiva nos preços do diesel, puxada pelo alta do petróleo no mercado internacional.

Competição. A Raízen administra mais de 6 mil postos da Shell no Brasil e comercializa cerca de 25 bilhões de litros de combustíveis anualmente. A

empresa não aprova o subsídio ao diesel por reduzir a competição do mercado e trazer de volta o monopólio da Petrobrás na importação do produto: "A Petrobrás voltou a ser um grande monopolista inclusive na importação, criando uma grande incerteza do que vai acontecer". Mussa teme que o fim do subsídio ponha em risco inclusive a segurança dos funcionários dos postos de abastecimento, já que a previsão é de que as bombas entrem em 2019 com um forte alta no preço do produto.

"Tem uma parede na nossa frente que é a subvenção, mas quando acabar, como vamos fazer? Vai ter gente chegando com arma em posto no dia 30 para obrigar a encher o tanque, temos de pensar nisso", afirmou, sugerindo que o aumento deveria ser feito de maneira gradual. Presente na Rio, Oil & Gas, o ministro do Planejamento, Esteves Colnago, admitiu que o governo não tem nenhuma proposta para o fim do subsídio.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 27/09/2018

Seção: Negócios

Autor: Amauri Segalla

Título: O casamento do Açu com Houston

Mercado S/A

O Porto do Açu (**foto**) assinou nesta semana um acordo de cooperação com o Porto de Houston, nos Estados Unidos. A parceria estimula sinergias comerciais entre o maior complexo portuário, industrial e energético da América Latina e um dos mais importantes portos americanos, número um em importações e em tonelagem de exportação. Segundo Tadeu Fraga, CEO da Porto do Açu Operações, o acordo tem como objetivo a troca de expertises e boas práticas de gestão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/09/2018

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Reservatórios caminham para nível crítico

Os reservatórios das hidrelétricas do país podem chegar a dezembro com cerca de 23,1% do seu volume útil, em média, segundo projeções da consultoria

Thymos Energia. O nível é baixo para o período. O cenário conta com a continuação do despacho de termelétricas fora da ordem de mérito (aquelas usinas com custo de geração superior ao preço do mercado à vista) até o fim de novembro, quando termina o período seco.

Segundo a consultoria, caso o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) decida desligar essas térmicas antes disso, o cenário dos reservatórios pode ser pior. Desde o início de setembro estão sendo despachadas as termelétricas com custo de geração inferior a R\$ 766,28 por megawatt-hora (MWh). A remuneração dessas usinas é feita por meio dos Encargos de Serviços do Sistema (ESS), pagos por todos os consumidores. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) estima que esses encargos custem R\$ 265 milhões ao consumidor neste mês.

Ano passado, o CMSE só decidiu acionar as termelétricas fora da ordem de mérito em novembro, quando o período seco se aproximava do fim e os reservatórios do Sistema Interligado Nacional (SIN) estavam, em média, com 19% do volume útil.

"A antecipação do acionamento das usinas fora da ordem de mérito é indício de um cenário igualmente crítico para os reservatórios no fim do período seco deste ano. Os níveis podem ficar mais baixos que os registrados em 2001 (cerca de 23,5%), ano em que ocorreu racionamento", disse a Thymos, em nota.

Para Daniela Souza, consultora na Thymos, não há risco de falta de energia, mas o impacto na conta de luz pode ser grande. "A situação tornou necessário o despacho de termelétricas ainda mais caras para garantir a segurança do sistema", explicou.

Pelas projeções da Thymos, os reservatórios das usinas vão atingir 27,4% do volume útil em setembro, 24,4% em outubro e 23,1% em novembro.

No subsistema Sudeste/Centro-Oeste, onde estão concentradas as maiores hidrelétricas com reservatórios, a previsão é que, em novembro, os reservatórios cheguem a 19,7% do volume útil. O patamar é ligeiramente maior que o registrado em outubro do ano passado, de 17,61% do total. Em relação a novembro de 2001, quando o país enfrentava o racionamento, o patamar é inferior. Naquela data, os lagos das hidrelétricas estavam com 23,19% do volume útil.

No Nordeste, onde a seca foi mais severa nos últimos anos, a projeção é ligeiramente melhor, com lagos das usinas com 22,6% do total. O cenário é muito melhor que o de novembro de 2017, quando os reservatórios das usinas

atingiram 5,49% do volume útil, abaixo de novembro de 2001, quando estavam em 8%.

Ao mesmo tempo em que os reservatórios das usinas seguem com tendência de queda, o preço de liquidação das diferenças (PLD, cotação de referência para as operações de energia no mercado à vista), porém, segue em baixa. Na sexta-feira da semana passada, a CCEE informou retração de 10% no PLD de todo o país, que atingiu R\$ 441,87/ MWh. Os preços serão válidos do período de 22 a 28 de setembro.

Segundo a Thymos, o PLD deve chegar a R\$ 265/MWh em novembro. As previsões hidrológicas de médio prazo são favoráveis, pois contam com uma aproximação de um período úmido com condições próximas da média histórica, o que não acontece há alguns anos no país.

A antecipação da conclusão das obras do linhão que escoar a energia das hidrelétricas do rio Madeira (RO) também reforça a expectativa de redução de preços, uma vez que vai permitir a entrada integral da energia gerada nessas usinas no sistema.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/09/2018

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho, Rodrigo Polito, Cláudia Schüffner e Rodrigo Carro | Do Rio

Título: Total quer triplicar produção de óleo e gás no país nos próximos quatro anos

A francesa Total pretende mais que triplicar a sua produção de óleo e gás no Brasil nos próximos quatro anos. O novo presidente da companhia no Brasil, Arnaud Breuillac, anunciou ontem que a meta da empresa é atingir uma produção de 100 mil barris diários de óleo equivalente (BOE/dia), no país, em 2022.

Atualmente, a Total produz cerca de 30 mil BOE/dia no Brasil. A empresa opera o campo de Lapa e é sócia minoritária da Petrobras em ativos como Lapa e Libra, todos eles no pré-sal da Bacia de Santos.

Breuillac destacou que a empresa construiu nos últimos anos um portfólio de ativos de "alta qualidade" no Brasil.

"Temos ativos em águas profundas muito competitivos, uma produção crescente com baixos custos", disse o executivo, durante apresentação na Rio Oil & Gas.

Após concluir no início deste ano a aquisição de uma fatia de 35% (e a operação) do campo de Lapa, da Petrobras, a Total se tornou a primeira petroleira estrangeira a operar um campo no pré-sal. A intenção da empresa é iniciar uma nova fase de produção no campo a partir de 2019.

A francesa também é sócia da Petrobras, com uma fatia de 20%, no projeto de Mero (parte noroeste de Libra), que começou a produzir em fase de testes em novembro. A Total estima que Libra tenha potencial para entre 3 bilhões e 4 bilhões de barris de óleo equivalente (BOE).

Ainda no pré-sal, a petroleira possui também 20% do projeto de Gato do Mato, operado pela Shell, e, em janeiro, concluiu a compra de uma fatia de 22,5% da Petrobras na concessão de lara, prevista para começar a produzir ainda neste ano.

A aquisição de Lapa e lara, por US\$ 1,95 bilhão, foi o principal movimento da Total no Brasil desde 2013, quando a empresa participou do leilão de Libra e da 11ª Rodada de concessões de blocos exploratórios. A multinacional chegou a participar dos leilões de 2017 e 2018, mas não adquiriu muitos ativos.

O único ativo arrematado pela francesa nas últimas cinco licitações, desde o ano passado, foi a compra de 20% da área de Sul de Gato do Mato, área adjacente à descoberta de Gato do Mato (BM-S-54), no pré-sal da Bacia de Santos, pelo qual a petroleira desembolsou R\$ 20 milhões. A Shell ficou com os 80% restantes.

Ao todo, a empresa possui um portfólio de 17 blocos exploratórios, nas bacias de Santos, Foz do Amazonas, Ceará, Barreirinhas, Espírito Santo e Pelotas.

A Total terá uma nova oportunidade para aquisição de novos ativos, amanhã, na 5ª Rodada do pré-sal. A empresa é uma das 12 inscritas para o leilão, que ofertará quatro áreas nas bacias de Campos e Santos: Pau-Brasil, Sudoeste de Tartaruga Verde, Titã e Saturno.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 27/09/2018****Seção: Brasil****Autor: Rodrigo Polito, Cláudia Schüffner, André Ramalho e Rodrigo Carro | Do Rio****Título: Ex-diretora da ANP não vê insegurança jurídica ou regulatória para o setor**

A ex-diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e consultora da FGV Energia Magda Chambriard afirmou ontem não enxergar risco de insegurança jurídica ou regulatória no setor de petróleo e gás natural, independentemente de quem vença a eleição para a Presidência da República em outubro.

"Essa é a pergunta que mais me fizeram desde segunda-feira [quando começou a Rio Oil & Gas]. Mas não tenho nenhuma preocupação com isso [insegurança regulatória e jurídica]", disse Magda, durante painel na Arena **Valor** do Conhecimento, durante a Rio Oil & Gas, principal congresso da indústria petrolífera brasileira.

A ex-diretora da ANP afirmou ainda que, qualquer que seja o novo governo, a realização de leilões de áreas exploratórias de petróleo e gás natural deve continuar nos próximos anos. "Não acredito que haja no Brasil nenhuma pessoa, em qualquer posição que esteja interessada em impedir a marcha do desenvolvimento de alguma coisa tão grandiosa como o pré-sal", disse.

Para Magda, o que pode mudar, dependendo do novo governo, é o ritmo de ofertas de novas áreas. "Manter o calendário [de leilões] é uma coisa, em que ritmo [fazer os leilões] é outra. Eu apostaria em um menor ritmo, mas não em cancelamento de rodadas [dependendo do novo governo]".

Com relação ao calendário de leilões, a ex-diretora da ANP destacou que o instrumento é importante não só para a estratégia das petroleiras, mas também para os planos de investimento dos fornecedores da cadeia de óleo e gás. "O calendário da previsibilidade e incentiva fornecedores de óleo e gás a se desenvolver."

Sobre a política atual de conteúdo local para o setor, a consultora da FGV Energia disse que, em sua opinião, mais importante do que definir um limite de percentagem é estruturar um programa de Estado em uma política de desenvolvimento industrial do país.

Magda destacou que estimativas preliminares indicam que, apenas com as áreas já licitadas até hoje, o Brasil tem algo da ordem de 25 bilhões de barris de óleo equivalente a desenvolver, "o que daria para nós dez anos de desenvolvimento tranquilamente".

Segundo ela, dado ao potencial e à produtividade do pré-sal, a 5ª Rodada do Pré-sal, marcada para esta sexta-feira, deverá ser bem-sucedida. "[A expectativa] é a melhor possível. Enquanto houver pré-sal, vai haver leilão e gente pagando muito [pelas áreas]", completou.

O maior problema do setor petrolífero brasileiro hoje, para Magda, é a questão ambiental, devido à dificuldade de licenciamento para atividades em áreas exploratórias já licitadas pela autarquia.

Com relação à política de preços de combustíveis, Magda defendeu a liberdade de preços, com a possibilidade de aplicação de um imposto com fluutuabilidade, cuja alíquota possa ser reduzida ou ampliada, dependendo do preço da gasolina e do diesel no momento e por meio de decreto.

"Acredito em um imposto sobre o volume do combustível negociado e é variável. Então, faço um decreto [de incidência] um pouco maior e um pouco menor. Esse tipo de fluutuabilidade também ajuda a conter os sobressaltos do mercado. Ele não vai ajudar para sempre e em todos os casos, mas ele é um imposto suficiente, se bem dimensionado, para atenuar os soluços do mercado", disse ela.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/09/2018

Seção: Brasil

Autor: Cláudia Schüffner, Rodrigo Carro, André Ramalho e Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Vescovi vê possibilidade de acordo sobre cessão onerosa ainda este ano

Depois de dois anos de discussões sobre a atualização do contrato de cessão onerosa, a secretária-executiva do Ministério da Fazenda, Ana Paula Vescovi, acha que ainda é possível concluir neste ano o acordo sobre a renegociação. Mas frisou que será necessária a aprovação de um projeto de lei para dar mais segurança ao processo, já que hoje existe uma zona cinzenta que dá margem a interpretações jurídicas distintas sobre o contrato, em referência ao projeto de lei 8.939, do ano passado.

"São pontos que ainda não estão muito claros na interpretação jurídica e que levam a dificuldades de interpretação técnica", explicou Vescovi, acrescentando

que o Tribunal de Contas da União (TCU) e o projeto de lei precisarão deixar alguns pontos mais claros sobre a discussão, que envolve a renegociação do contrato que deu à Petrobras o direito de explorar 5 bilhões de barris de óleo no pré-sal.

Sem detalhar exatamente os pontos em que há divergências, Vescovi disse apenas que há "várias lacunas de difícil interpretação jurídica". Afirmou, sem mencionar valores nem volumes, que o governo teve todo o cuidado de entender os interesses da Petrobras e outros envolvidos para precificar de forma correta as reservas.

"Os números são enormes e ajudarão demais o próximo governo em termos de arrecadação. E mais importante que isso é que haverá uma reativação muito importante dos investimentos."

Vescovi disse que, apesar de o governo ter condições de "dar uma solução" para o assunto neste ano, não há tempo para preparar um edital e uma licitação ainda em 2018 relativa aos excedentes da cessão onerosa. "Mas acreditamos que temos condições de deixar [o assunto] muito bem encaminhado para o próximo governo", disse.

Segundo Vescovi, o TCU já analisa os termos da licitação dos excedentes, estimados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) entre 6 bilhões e 15 bilhões de barris de óleo equivalente, com o menor volume tendo 90% de probabilidade de ser confirmado. Esse é o volume que se estima que existam além dos 5 bilhões de barris aos quais a Petrobras tem direito e que foram adquiridos sob o regime de cessão onerosa, no processo de capitalização da companhia em 2010.

Ao mencionar o assunto, o ministro do Planejamento, Esteves Colnago Júnior, explicou que o governo chegou a um ponto em que os técnicos não têm segurança para avançar nas negociações. Isso porque, segundo Colnago, existem argumentos técnicos para ambos os lados da discussão - que gira em torno de quando o governo terá que pagar à Petrobras na renegociação do contrato. Ele explicou que hoje há cinco ou seis pontos ainda em discussão (antes eram 40 pontos divergentes) e que a amplitude de valores em discussão é menor do que antes.

Colnago lembrou que é importante a participação da equipe de transição do próximo governo nas discussões sobre a cessão onerosa, já que o tema é relevante não só em termos de arrecadação fiscal para o governo federal, mas também para Estados como o Rio de Janeiro, devido à importância do tema para atração de investimento.

O ministro disse ainda que a continuação do subsídio sobre o diesel precisa ser discutida com o futuro governo de transição. Para ele, o subsídio -que pode chegar a R\$ 9,5 bilhões em 2018 - não é uma solução estrutural.

Colnago e Vescovi participaram de painel sobre estabilidade econômica como pilar para desenvolvimento de indústrias estratégicas na Rio Oil & Gas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/09/2018

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito, Cláudia Schüffner, André Ramalho e Rodrigo Carro | Do Rio

Título: Política industrial precisa ir além da Petrobras, diz IBP

A política industrial brasileira para a área de óleo e gás natural deveria ser menos baseada nas demandas da Petrobras e mais conectada às cadeias globais de valor, afirmou ontem o secretário-executivo de exploração e produção (E&P) do Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (IBP), Antonio Guimarães.

"A política de conteúdo local [para a área de óleo e gás] é parte de um pacote maior. A questão é como vamos desenvolver a indústria nacional verdadeiramente conectada às cadeias globais de valor", disse Guimarães, durante painel na Arena **Valor** do Conhecimento, na Rio Oil & Gas.

A opinião de Guimarães foi compartilhada pelo diretor da Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Petróleo (Abespetro) Telmo Ghiorzi. "Os instrumentos de política industrial não estão alinhados entre si. A política industrial está confusa. Temos que mudar a regra e, em vez de conteúdo local, fazer conteúdo internacional", disse.

O executivo também afirmou que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, está fazendo "política industrial na veia". "Ele [Trump] tomou decisão de trazer para os Estados Unidos fábricas que estavam produzindo lá fora. Ele diz que não precisa se fazer política industrial, mas é o primeiro a fazer - e fazer com força", completou.

Segundo Ghiorzi, o Brasil tem condições de fazer algo semelhante na área de óleo e gás. "Temos ingredientes para fazer isso: demanda local, petróleo de sobra, território e competência. Temos que fazer com que as regras sejam favoráveis para o Brasil."

De acordo com o diretor comercial da fabricante de tubos para a indústria petrolífera Tenaris, Idarilho Nascimento, a política de conteúdo local brasileira precisa ser equilibrada. "Não deve ser uma barreira de proteção ao mercado local. Isso inibe investimento. Ele [conteúdo local] não pode ser irreal, mas não pode ser zero".

Na mesma linha, o diretor de operações da petroleira PetroRio, Roberto Monteiro, destacou que um ponto que precisa ser pensado pelo próximo governo é como garantir competitividade aos bens que o Brasil já produz e tem condições de fazer. "Senão você acaba sucateando esse mercado por não ser competitivo."

Uma saída para a indústria brasileira, destacou Ghiorzi, é o investimento em inovação. Nesse sentido, o secretário-executivo de E&P do IBP lembrou que, de acordo com o programa de pesquisa e desenvolvimento (P&D) da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), companhias investirão US\$ 13 bilhões no segmento. A questão, segundo o executivo, é "como fazer que esse dinheiro não fique só na ponta fabril, mas que ele passe a agregar valor e fique na fronteira tecnológica [...]. P&D é o conteúdo local do futuro".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/09/2018

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Paranapanema mira exterior para elevar ocupação de fábricas

A fabricante de cobre e seus produtos Paranapanema, depois de reestruturar sua dívida e iniciar uma manutenção de maquinário na unidade de Dias d'Ávila (BA) - que custou R\$ 176 milhões -, quer expandir suas relações comerciais para exportar mais e entrar na terceira fase da recuperação, a operacional.

O presidente da companhia, Marcos Camara, disse ao **Valor** que todos os esforços de investimento e capital de giro para essa nova frente de vendas serão realizados sem tomar nova dívida relevante. Isso é essencial para a empresa continuar equilibrando as finanças e alcançar a redução de alavancagem que pretende.

Segundo o executivo, o objetivo é seguir com capacidade de reduzir a alavancagem financeira medida pelo índice que relaciona dívida líquida e lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) para se aproveitar da chance de elevar a alavancagem operacional, diluindo os

custos fixos. Por ora, o índice não é calculado porque a empresa teve Ebitda negativo de R\$ 134,5 milhões no primeiro semestre, causado em grande parte por despesas com ociosidade.

A Paranapanema precisa elevar o uso de capacidade e melhorar os resultados. Por isso, a desalavancagem deve vir por meio de aumento no Ebitda. Formalmente, a empresa tem de atingir o nível de 3,9 vezes ou menos até dezembro de 2024. Esse foi o compromisso assumido com os credores há um ano, na mudança do perfil da dívida.

A utilização de capacidade instalada em suas três unidades, a de Dias d'Ávila, de Serra (ES) e de Santo André (SP), já melhorou. Hoje em dia, se aproxima de 80%, o que já deve diminuir as despesas não recorrentes do balanço.

É possível que já no mês que vem a empresa consiga fechar um grande contrato de fornecimento para um cliente na América Latina, cujo nome não quis revelar. Mas o material seria vendido para Argentina, Costa Rica e Colômbia, por exemplo, até 2020. E ao contrário do que fez nos últimos anos, a ideia não é vender o catodo, ou seja, a matéria-prima para fabricação de semielaborados e produtos mais complexos. O plano é exportar valor agregado.

Brasil tem capacidade de produzir 800 mil toneladas de vergalhões e fios de cobre, mas sua demanda é de um terço

"O Brasil tem uma capacidade instalada para produzir cerca de 800 mil toneladas de fios e vergalhões de cobre por ano. Desses, aproximadamente 220 mil toneladas são fabricadas pela própria Paranapanema. Mas o mercado tem consumido apenas 270 mil toneladas", conta Camara. "Então se no Brasil não estamos conseguindo expandir, fica mais fácil buscar novos mercados lá fora. E nosso produto tem escoamento fácil, por meio de um porto privado em Salvador."

Atualmente, de 50% a 55% da receita líquida da metalúrgica vem do exterior e a ideia é que em algum tempo essa proporção fique em algo acima de 65%. O executivo conta que países vizinhos, do Mercosul, e alguns do Oriente Médio e da Ásia, já receberam produtos da companhia para testes e certificações. Há uma boa chance, afirma, de que pedidos firmes cheguem em breve.

Toda essa preparação para enviar mais cobre ao exterior vai demandar capital de giro. Como está livre de pagar a maior parte do serviço da dívida até o segundo trimestre de 2020 pelo acordo com credores, há espaço para financiar o movimento. Mas, ao mesmo tempo, a Paranapanema precisará de dinheiro novo - que levantará sem se endividar.

Entre as alternativas para buscar recursos está o alfandegamento realizado no porto de Aratu, em Candeias (BA), que permitirá à empresa contabilizar a compra apenas quando o produto entra em estoque, liberando capital de giro. Além disso, é possível que a empresa venda recebíveis de fios e vergalhões que está exportando atualmente. Outra opção, acrescenta Camara, seria securitizar seus contratos de venda de lama anódica, um coproduto preparado a partir do rejeito da produção de cobre.

"Nós vamos primeiro amortizar a dívida que já está reestruturada antes de voltarmos ao banco para tomar novo endividamento", garante Camara.

No mercado interno, os mercados que já começaram a reagir foram o de transportes e o de eletrodomésticos. O de construção também trouxe reformas e alguns lançamentos, mas o segmento de infraestrutura está parado, comenta o executivo.

Sobre o cenário eleitoral turbulento, Camara revela certo ceticismo. "Não esperamos que haja uma correção de vícios históricos do Brasil rapidamente. É uma mudança até de cultura que é necessária", afirma. "Não adianta apenas mudar o presidente. É perceber que não haverá distribuição de renda se não houver mais geração de renda."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/09/2018

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes | Do Rio

Título: Litel quer cobrar Bradespar por prejuízo na briga com Dantas

Bradespar e Litel, sócios controladores da Vale, vão se envolver a partir de agora em uma discussão sobre de quem é a responsabilidade pelo direito dado à Elétron que culminou, ontem, no pagamento de R\$ 2,82 bilhões a essa empresa, veículo do Opportunity, de Daniel Dantas, na mineradora. A Litel, que reúne os fundos de pensão estatais, entende que a indenização resultou de reconhecimento unilateral feito pela Bradespar, e quer se reembolsada. A Bradespar, por sua vez, já manifestou publicamente que tem possibilidade de buscar o ressarcimento junto a "terceiros" dos prejuízos decorrentes do litígio com a Elétron.

Ontem Bradespar, Elétron e Litel assinaram e homologaram o acordo que põe fim a todas as disputas entre as três empresas no âmbito da Valepar, a antiga holding controladora da Vale. Pelo acordo, Bradespar e Litel pagaram, cada uma, R\$ 1,41 bilhão à Elétron. Para arcar com sua parte no acordo, a Litel usou

R\$ 1 bilhão que recebeu em dividendos da Vale na semana passada, mais caixa da empresa. A partir de agora, a holding que reúne os fundos de pensão (Previ, Petros, Funcef e Fundação Cesp) vai buscar ser integralmente ressarcida pelo valor que desembolsou.

A discussão tem origem na privatização da Vale, em 1997. No acordo Valepar, havia cláusula que conferia à Elétron a opção de compra de ações da holding da Vale. A cláusula ficou conhecida como Call Citibank, pois era um direito dado ao banco americano por meio da Elétron. Ainda em 1997, a Elétron notificou que queria exercer a opção. Litel e a siderúrgica CSN, então acionista da Vale, não responderam ao exercício de opção feito pela holding de Dantas.

Contencioso tem origem na privatização da Vale em 1997, quando a Elétron não conseguiu exercer opção de ações

Pela regra do Call Citibank, em caso de exercício da opção, metade das ações seriam entregues pela Litel e metade pela CSN. Luiz Tarquínio Sardinha Ferro, presidente da Litel e da Previ à época, disse ao **Valor** que a discussão sobre a responsabilidade do Call Citibank surgiu por força da saída da CSN do controle acionário da Valepar, em 2000.

No descruzamento acionário CVRD/CSN, a siderúrgica deixou o capital da mineradora, mas ainda tinha risco contingente de 50% pertinente ao Call Citibank, disse Tarquínio. Após a saída da CSN do capital da Vale, foi assinado, em 5 janeiro de 2001, um acordo de indenização da cláusula do Call Citi Bank, que estabeleceu como se daria a divisão do prejuízo caso a Elétron ganhasse a disputa. Pelo contrato de indenização, o risco contingente da CSN foi dividido entre Litel, CSN e Bradespar, com um terço para cada uma. Cada empresa ficou assim com 16,66% do risco contingente da CSN no Call.

Mesmo afastado há muitos anos da Litel, o nome de Tarquínio apareceu agora, na disputa societária que Bradespar e fundos de pensão irão travar. A referência a Tarquínio se refere a uma carta que ele enviou à Bradespar, em 31 de dezembro de 2000, com os termos do contrato de indenização do Call Citibank, que seria assinado cinco dias depois. Há interpretações de que nessa carta Tarquínio teria indicado que a responsabilidade da Bradespar não passaria de 50% de 16,66%, ou seja, 8,33%. Tarquínio disse ontem, porém, que a "aritmética" foi de 16,66% para cada um (Litel, Bradespar e CSN) no contrato de indenização do Call.

Mas a discussão ente Bradespar e Litel vai além dessas contas. Segundo fontes, o contrato de indenização incluía outras cláusulas segundo as quais nenhuma das partes poderia fazer qualquer movimento sem a anuência dos demais participantes. O argumento dos fundos é que o direito dado à Elétron pela

Bradespar se configura em 2004. Naquele ano, ocorre a cisão da Elétron, da qual a Bradespar tinha o controle. É nessa cisão que a empresa de participações do Bradesco teria reconhecido, unilateralmente, o direito da Elétron à opção de compra das ações. De acordo com a Litel, os fundos tomaram conhecimento da existência desse direito em favor da Elétron na arbitragem iniciada pela empresa de Daniel Dantas, em 2007. Procurada, a CSN não se pronunciou sobre o tema.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/09/2018

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Presidente da BR 'torce' para barril abaixo de US\$ 100

A contínua elevação dos preços do petróleo no mercado internacional é um cenário indesejável para a BR Distribuidora, que perde receita com a redução da demanda por combustíveis no país, explicou Ivan de Sá, presidente da companhia.

O executivo participou ontem de uma cerimônia de adesão ao Programa Destaque em Governança de Estatais da B3. No evento, ele destacou que a política de subvenção dos preços do diesel não configura um problema em termos de governança, que está "robusta" e em nível "top" de mercado. De acordo com Sá, a BR segue atuando para conseguir a maior rentabilidade possível dentro das condições do mercado.

"Torcemos para que as previsões [que apontam o Brent acima de US\$ 100 o barril] estejam erradas, não queremos ultrapassar o limite da capacidade orçamentária dos consumidores", disse Augusto Cruz, presidente do conselho da controlada da Petrobras.

Ainda que a BR veja uma certa "inelasticidade" na demanda por combustíveis por conta do peso que o transporte tem na economia brasileira, preços muito elevados resultam na redução de demanda, o que pressiona a companhia. "O nível de preço mais alto vai, de alguma forma, colocar a demanda sob algum tipo de estresse maior. Mas, não acho que nossa atividade seja tão prejudicada com a elevação de preços", disse Sá, apontando que, entre os aspectos negativos para a companhia, está o maior capital de giro empregado. "Mas não temos mudanças radicais em nossos planos por conta disso", completou.

O executivo disse que a companhia é "totalmente sensível" ao fato de que preços menores são bons para os consumidores. "Entendemos que o mercado

talvez tenha uma demanda maior com preços mais baixos, mas são variáveis acima de qualquer controle que possamos ter."

As expectativas da BR para crescimento do mercado neste ano não foram verificadas até o momento, mas a companhia não tem uma nova projeção. Segundo Sá, há sinais positivos em alguns segmentos, ao mesmo tempo em que a distribuidora de combustíveis mantém esforços para ter um volume de vendas "compatível com o tamanho da operação."

"Isso o mercado que vai dizer. Estamos preparados para atender a demanda, esperamos que a economia possa ter um desempenho melhor", disse Sá.

Segundo Cruz, presidente do conselho, não adianta a BR ir "contra as leis econômicas de mercado" que ditam a política de preços de derivados da Petrobras.

"Diante dessas leis de mercado, sobra para nós distribuidoras o jogo de prestar o melhor serviço, estar presente no maior número de pontos, ter produto de qualidade e serviços complementares. É nessa linha que temos trabalhado para recuperar nosso market share, manter a liderança e avançar na recuperação do capital investido", disse Cruz.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/09/2018

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | São Paulo

Título: Banco vê pouco fôlego para petróleo

Até o fim do ano, os preços do petróleo provavelmente vão se estabilizar na faixa de US\$ 70 a US\$ 80 por barril, disse o banco Goldman Sachs em relatório. Ao contrário da maioria do mercado, o Goldman vê pouco fôlego para a commodity se manter acima de US\$ 80. O banco lembra que já estimava US\$ 82,50 para o Brent devido às menores exportações iranianas. A redução foi mais rápida do que se esperava, fazendo a cotação disparar para os níveis atuais. No entanto, o banco não enxerga, ainda, possibilidade de o efeito líquido desse corte ficar acima das projeções.

A expectativa formal do banco é de diminuição em 1,4 milhão de barris por dia do volume exportado pelo Irã, sendo que desde abril o declínio foi de 650 mil barris diários. O Goldman sustenta a tese, por outro lado, de que muitos compradores desistiram de importar o petróleo iraniano por enquanto, com medo das sanções, mas que o cenário mais à frente ainda é incerto.

"Mas a reaproximação da China e da Venezuela, envolvendo a Coreia do Norte, à medida que a guerra comercial com os Estados Unidos avança, sugere que a China possa elevar suas importações do Irã nos próximos meses", ressaltam os analistas do banco.

Em segundo lugar, a instituição espera que o governo americano use parte de suas reservas estratégicas de barris para tentar derrubar o preço antes das eleições em novembro. O total utilizado poderia bater 500 mil barris por dia em dois meses, acrescenta o relatório.

Por isso, o Goldman entende que, para os preços ficarem acima de US\$ 80, outro choque de oferta seria necessário. Esse risco, de fato, existe, admite, e poderia vir da Líbia, Nigéria ou Venezuela. Tal fator só não está totalmente considerado no cenário principal do banco.

O Commerzbank comentou que a "culpa" da disparada de preços do petróleo nos últimos dias é de Donald Trump, presidente dos EUA. "Intencionalmente ou não, ele voltou a atenção do mercado de volta para as sanções contra o Irã", disse Carsten Fritsch, em relatório. "Se não quiser colocar sua independência em xeque, a Opecp dificilmente atenderá aos apelos para elevar a produção."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/09/2018

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Agências discutem regras para uso de poste

A dificuldade de combater o uso desordenado dos postes de energia pelas operadoras de telefonia levou os dois setores a abrir novamente a discussão sobre as regras definidas há quatro anos. Atualmente, menos de 20% dos 46 milhões de postes mantidos pelas distribuidoras estão com as redes de telefonia em situação regular.

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) estima que outros 20% dos postes atingiram um nível de saturação "preocupante", com excesso de cabos de telecomunicações pendurados. Isso ocorre, especialmente, em regiões urbanas com grande concentração demográfica e alta demanda por serviços de telefonia, banda larga e TV a cabo.

As agências reconhecem que muitos cabos que sobrecarregam a estrutura de serviço das distribuidoras foram instalados de forma clandestina. Um terço dos postes que estão em situação crítica foi identificado no Estado de São Paulo. Em

agosto, a Eletropaulo concluiu uma operação para regularizar os postes da capital paulista, uma das mais afetadas pela instalação irregular de redes de telefonia.

"A Eletropaulo, em coordenação com as operadoras, retirou dez toneladas de cabos na região. Não houve nenhuma queda de serviços ou prejuízo ao consumidor", destacou o superintendente de competição da Anatel, Abraão Balbino.

Ontem, a Anatel e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) lançaram a "tomada de subsídios" com o objetivo de levantar informações com representantes dos dois setores para ajudar no aperfeiçoamento da norma de compartilhamento de postes. Em 2014, as agências estabeleceram o limite de ocupação e o preço de referência a ser cobrado das operadoras por cada poste - o valor atual é de R\$ 3,80.

A "limpeza" nos postes em São Paulo partiu do entendimento da comissão de arbitragem, constituída por técnicos das agências para resolver as divergências entre as distribuidoras e as teles.

O diretor-geral da Aneel, André Pepitone, informou que os pedidos de arbitragem têm crescido. O número de solicitações por ano saltou de 34, em 2015, para 182, até agora, em 2018. Atualmente, 92% dos casos estão relacionados à cobrança abusiva de preços.

Quadros ressaltou que existe uma demanda crescente pela expansão de redes fixas de telecomunicações. Para ele, a dificuldade de regularizar a situação pode representar um entrave à oferta de banda larga e ao desenvolvimento de novas tecnologias, como a quinta geração de telefonia móvel (5G).

Para o setor elétrico, Pepitone disse que a maior preocupação é com a falta de segurança, pois o excesso de cabos de telefonia aumenta o risco de acidentes. Ele disse ainda que a sobrecarga na estrutura das elétricas reduz vida útil dos postes e aumenta custos operacionais para as distribuidoras.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/09/2018

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: RenovaBio aceitará corte de árvore isolada

Os produtores que quiserem participar do RenovaBio e comercializar certificados de biocombustíveis (CBios) não poderão desmatar vegetação nativa, mesmo que de forma legal, mas poderão realizar cortes de árvores isoladas, como já prevê a legislação ambiental. Essas devem ser as condições que a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) vai estabelecer na regulamentação a respeito da certificação dos produtores, afirmou Aurélio Amaral, diretor do órgão, ao **Valor**. A regulamentação deverá ser publicada em cerca de 30 dias.

A ANP recebeu ontem representantes de produtores de biocombustíveis, do **Ministério de Minas e Energia (MME)** e da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) para discutir o assunto. Segundo pessoas que estiveram no encontro, a determinação das condições foi um consenso entre os participantes.

A questão estava pendente. Na proposta de regulamentação que a ANP submeteu à consulta pública, a agência queria impedir a participação no RenovaBio de produtores de biocombustíveis que tivessem realizado qualquer desmatamento de vegetação nativa. Em suas contribuições, representantes de produtores propuseram que fossem tratados como exceção os casos em que fossem realizados cortes de árvores isoladas. A União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica) propôs que fosse incluído um mecanismo de compensação de estoque de carbono para as áreas de vegetação que fossem suprimidas dentro da lei.

O **Valor** apurou que havia uma preocupação mais latente entre os produtores de soja e milho - que podem ser usadas para a produção de biodiesel e etanol, respectivamente. Como o número de produtores de grãos que fornece matéria-prima para uma usina produtora de biocombustível pode ser muito maior que no caso da cana para etanol, havia um temor de eventual dificuldade para enquadrar todos os produtores dentro da regra.

Entre os defensores do critério que exclui do programa aqueles que tenham algum nível de desmatamento, mesmo dentro da lei, havia a preocupação de que o possível impacto em emissões relacionadas à mudança de uso da terra pudesse comprometer o alcance das metas de descarbonização previstas pelo RenovaBio e afastasse investidores interessados nos CBios.

A exigência de desmatamento zero para os produtores de biocombustíveis como critério de elegibilidade para o RenovaBio foi uma forma que o MME encontrou para evitar que o incentivo aos biocombustíveis promovesse emissões decorrentes de mudanças do uso da terra. Nos cálculos atuais de emissões dos biocombustíveis não são consideradas as emissões decorrentes da mudança de uso da terra, sejam elas pelo avanço direto sobre vegetação nativa ou pelo avanço indireto - através do deslocamento de pastagens, por exemplo.

Entre os argumentos apresentados para excluir esse critério do cálculo está a incerteza sobre as metodologias existentes.

A solução, segundo Aurélio Amaral, será ordenar a regulamentação do RenovaBio conforme a legislação ambiental vigente, que permite o corte de árvores isoladas. Alguns Estados, porém, preveem compensações inclusive nesses casos. Em São Paulo, uma resolução da Secretaria do Meio Ambiente do ano passado determinou critérios de compensação de corte de árvores isoladas conforme a extensão da cobertura de vegetação nativa do município.

A ANP pretende encaminhar um estudo sobre como elaborar uma metodologia de compensação de carbono, caso seja necessário, no futuro, garantir a expansão de área de culturas que serão dedicadas à produção de biocombustíveis, segundo Amaral. "Não tem conta hoje para isso, precisa de avaliação científica", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/09/2018

Seção: Finanças

Autor: Juliana Schincariol | Do Rio

Título: Walter Mendes sai da Petros e vai para Funesp

O presidente da Petros, Walter Mendes, renunciou ao cargo nesta quarta para assumir o comando da Funesp, o fundo de pensão das empresas de energia do Estado de São Paulo. A saída de Mendes ocorre após dois anos no fundo de pensão dos funcionários da Petrobras.

Com o desligamento de Mendes, assume o posto, interinamente, o diretor de Investimentos da Petros, Daniel Lima. O executivo vai acumular os dois cargos.

Na Funesp, Mendes vai substituir Martin Glogowsky, que vai se aposentar após 20 anos à frente do fundo. A fundação abriu um processo seletivo e Mendes foi indicado para participar, disse uma fonte. O agora ex-presidente da Petros teve passagens pelo antigo Unibanco, Schroders e Itaú.

Desde que assumiu a Petros há dois anos, Mendes realizou mudanças na estrutura de governança e conduziu apurações internas em relação a investimentos problemáticos. A Petros pediu uma indenização de R\$ 584 milhões de ex-dirigentes e conselheiros pelos prejuízos e danos referentes à aquisição de uma participação na Itaúsa, comprada em 2010 da Camargo Corrêa com ágio em relação ao valor de mercado.

O **Valor** apurou que uma possível saída da Petros já havia sido acenada por Mendes, mas surpreendeu até mesmo nos bastidores por ter ocorrido de forma muito rápida. Uma pessoa próxima à Petrobras cita a existência de divergências do executivo com a patrocinadora, especialmente em relação ao déficit bilionário do PPSP, plano de benefício definido (BD). A Petrobras tenta criar um plano de contribuição definida, com migração dos atuais participantes do BD e, no entendimento dessa fonte, não era um tema que Mendes se dedicasse.

Procurado, Mendes disse que não há qualquer outra razão para sua saída do que o convite para presidir a Funesp. "Deixo a Petros com muita satisfação pelo trabalho realizado e muito grato pelo apoio que tive dos colegas da diretoria e dos funcionários, assim como das patrocinadoras. Porém, percebi que esse seria, neste momento, o melhor caminho a tomar", disse ao **Valor**.

O representante da Federação Única dos Petroleiros (FUP) no conselho deliberativo da Petros, Paulo Cesar Chamaidoro, avalia que a saída de Mendes tem a ver com as eleições. Ele defende que a Petrobras indique um presidente de seu quadro funcional. "A área de investimentos tem nomes competentes", afirmou, comparando o desempenho da Previ, que só tem em seu quadro funcionários de carreira do BB. "É um momento muito ruim para sair, delicado para a fundação e demonstra o erro de indicar gente de fora do mercado", afirmou o presidente da FUP.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/09/2018

Seção: Finanças

Autor: Juliana Machado | De São Paulo

Título: Vale ganha destaque na bolsa em meio a 'cabo de guerra' com eleição

A Vale não foi só a ação que ganhou maior participação no Ibovespa do começo do ano para cá. Além de ter tirado espaço da Petrobras no índice em termos de volume de negócios, a mineradora foi a grande responsável por levar o Ibovespa de volta ao patamar dos 79 mil pontos recentemente.

Ontem, a correção da bolsa foi puxada pela Vale, depois que a ação atingiu o preço mais alto da história (R\$ 62,20), mas o papel segue oscilando acima dos R\$ 60 - e mais oportunidade de compra parece visível para o ativo.

A ação ordinária da Vale ultrapassou a preferencial do Itaú Unibanco e passou a ser o papel de maior participação no Ibovespa na revisão da carteira teórica de maio. Hoje, o peso dela é de 12,886%, considerando-se a carteira que vigorará de setembro a dezembro. Em janeiro, o volume financeiro médio da Vale ON

representava 8,4% do Ibovespa. Gradualmente esse percentual foi crescendo, e a ação passou, em setembro, a equivaler a 10% de todo o giro do índice.

No mês de janeiro, o giro médio diário da Vale estava em R\$ 652 milhões, contra R\$ 7,8 bilhões do Ibovespa. Em setembro, o giro médio diário do Ibovespa ficou bem parecido, em R\$ 7,04 bilhões, enquanto o da Vale se aproxima dos R\$ 800 milhões diários. No ano, a ação acumula valorização de 54,3%.

A Vale é uma das principais ações buscadas pelos investidores porque, de um lado, a companhia captura bem o interesse do estrangeiro com a alta do dólar, que leva as ações a ficarem relativamente baratas. Além disso, para fundos locais, as companhias exportadoras passam a representar uma característica defensiva dos portfólios, já que têm receitas na moeda americana.

Segundo gestores, mesmo para os estrangeiros, a Vale também é uma boa opção porque o fato de ser mais ligada ao cenário externo equilibra o risco político com as eleições, que está bastante presente em ativos como estatais ou ligados aos ciclos domésticos.

Além de tudo, com os preços do minério garantindo boas margens às companhias do setor, a Vale ainda é vista como uma importante opção, inclusive antes pares internacionais, como Rio Tinto. É ainda uma empresa bem vista em termos de gestão e que pode pagar até 10% do lucro como dividendos aos acionistas em 2019.

A ascensão do volume da mineradora coincidiu também com o momento em que a Petrobras passou a perder espaço no Ibovespa, em termos de volume financeiro. Em maio, com a greve dos caminhoneiros, tanto o Ibovespa quanto a Petrobras tiveram um crescimento de giro - só que neste caso acompanhado de uma onda de vendas, e não de compras.

Em janeiro, o montante negociado por Petrobras PN (mais líquida e mais negociada por fundos locais) equivalia a 10,5% do volume do Ibovespa - a média da PN nos pregões de janeiro foi de R\$ 816 milhões. Em maio, o giro da PN atingiu o pico do ano e passou a equivaler a 19% de todo o índice. Em setembro, o volume médio diário negociado da Petrobras PN passou a representar 14% do índice. O peso da ação no Ibovespa é de 6,444%. A ON da Petrobras sobe 38,7% no acumulado do ano e a PN avança 25,8%.

MME / ASCOM .